

Frações de Capital em Pernambuco: Do Isolamento Relativo ao Limiar da Integração Produtiva

Premiado em 2º Lugar no XVI Encontro Regional de Economia, realizado pelo Banco do Nordeste do Brasil e Anpec, em Fortaleza, em 19 e 20 de julho de 2011. Dois trabalhos obtiveram esta classificação.

RESUMO

A proposta deste artigo é fazer uma reconstituição, em linhas gerais, do movimento das principais frações de capital de Pernambuco no período que vai do último quartel do século XIX até o fim dos anos 1950. Para tanto, a análise está enquadrada na transição do isolamento relativo do Nordeste até o limiar da integração produtiva dessa região com o restante do país. Tem como enfoque principal as transformações ocorridas na produção açucareira, bem como o surgimento e consolidação das primeiras fábricas têxteis no estado. Ademais, é dada especial atenção à atuação do capital mercantil na economia local, sem omitir a existência de outras atividades produtivas de menor relevância que surgiram no período, impulsionadas especialmente pelas atividades principais e pelo processo de urbanização de Recife.

PALAVRAS-CHAVE

Frações de Capital. Economia de Pernambuco. Articulação Mercantil. Integração Produtiva. Desenvolvimento Econômico.

Fábio Lucas Pimentel de Oliveira

- Bacharel em Ciências Econômicas pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE);
- Mestre e Doutorando em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente pela Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

1 – INTRODUÇÃO

O último quartel do século XIX e o fim da década de 1950 representam dois momentos importantes para o processo de desenvolvimento econômico de Pernambuco. No primeiro, vivia-se a expectativa de retomada da prosperidade da principal atividade econômica do estado, em virtude das transformações por que passavam as unidades produtivas do setor açucareiro e da implantação de fábricas têxteis na região do Recife. No segundo, a implantação da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) respondia à latência dos desequilíbrios regionais no Brasil, que evidenciavam o caráter reiterado e acumulativo da decadência econômica da região Nordeste – onde Pernambuco ainda exercia notória centralidade e capacidade de polarização regional – frente ao sucesso da então denominada região Centro-Sul do país.

Nota-se, destarte, a relevância de estabelecer os marcos históricos que compõem uma periodização bem definida do processo de desenvolvimento regional, dentro do qual a evolução da economia de Pernambuco tomou vaga. Esse enquadramento, segundo Guimarães Neto (1997), pode ser feito com facilidade quando se têm em conta as inflexões daquele processo, quais sejam, a transição do isolamento relativo para a articulação mercantil (fim do século XIX até o início da década de 1930), até o limiar da integração produtiva iniciada nos anos 1960.¹

A evolução das frações de capital em Pernambuco será analisada à luz da periodização do processo de desenvolvimento econômico no Brasil, segundo a qual o período 1870/1959 engloba aquelas três fases: a do isolamento relativo, que perdura até 1929/30; a da articulação mercantil, que vai daqueles anos até 1956; e o princípio da fase da integração produtiva,

desencadeada a partir do processo de acumulação de capitais iniciado com o Plano de Metas.

Na fase do isolamento relativo, na qual se consolida o Complexo Econômico Nordestino, a economia dessa região estava constituída de vários segmentos exportadores associados a atividades econômicas voltadas para o mercado interno, especificamente a pecuária e as atividades de subsistência, que contribuíram para a conformação social e para o povoamento da região. No caso de Pernambuco, as atividades exportadoras de destaque eram a cana-de-açúcar e, depois, o algodão (meados do século XIX), além das referidas atividades de pecuária e subsistência promovidas para além da chamada faixa úmida litorânea. Esse perfil organizacional permitiu a reiteração secular do Complexo Nordestino através de uma peculiar capacidade, por exemplo, de absorção (nas fases de dinamismo) e liberação (para as atividades de subsistência ou para a pecuária, nos momentos de crise) de trabalho, conforme os ciclos de crescimento e decrescimento do setor exportador da economia. Furtado (1987) denomina essa peculiaridade como a solução pela letargia e involução das atividades econômicas.

Já na fase da articulação mercantil, as diversas ilhas regionais brasileiras passam a se relacionar entre si a partir do comércio, num movimento iniciado a partir do Nordeste (princípio do século XX) e que, depois, concorreu para a constituição do mercado interno brasileiro, a partir da década de 1930 até meados dos anos 1950, dado o processo de industrialização restringida no país, cujo comando remetia aos interesses de São Paulo. Por sinal, é a partir dessa fase que se verifica com maior clarividência a conformação de um centro (São Paulo) e de uma periferia (Nordeste) no país, o primeiro amparado no dinamismo e consolidação de um concentrado processo de industrialização, e o segundo estagnado em virtude da crise do setor exportador, especialmente da cana-de-açúcar e do algodão, e da incapacidade de dinamizar as demais atividades produtivas periféricas restritas às estruturas econômicas regionais. (CANO, 2007a, 2007b).

Ao longo de todo esse período, uma divisão inter-regional do trabalho foi conformada e as distintas

¹ Em paralelo à periodização aqui considerada, é necessário fazer menção à importância do conceito de região proposto por Oliveira (2008), cuja validade encontra guarida na análise pioneira de Furtado (1987) sobre o complexo nordestino, bem como nas duas primeiras obras da trilogia de Cano (2007a, 2007b) e na tese de doutoramento de Guimarães Neto (1989). O referido conceito considera a região não a partir de delimitações geográficas e políticas, mas, sim, com base nas especificidades das formas de acumulação e reprodução de capital que tomaram vaga em uma espacialidade específica. Para considerações teóricas sobre o problema regional, ver Brandão (2007), especialmente o capítulo 2.

estruturas produtivas regionais passaram a ter um papel definido na economia brasileira, carreando consigo a inserção das mais representativas frações de capital de cada região. Dado o enquadramento histórico, o objetivo do presente ensaio é analisar o movimento das principais frações de capital de Pernambuco que tomaram parte naquele processo maior. Propõe-se a mostrar que, mesmo em um contexto econômico que se afigurava cada vez mais crítico, as frações estaduais de capital conseguiram conformar um invólucro isolacionista estadual até o limiar de integração produtiva, embora se encontrassem fragilizadas nesse momento.

Para tanto, além desta breve introdução e das notas conclusivas, o trabalho está assentado na demonstração das linhas gerais do movimento das principais frações de capital na economia de Pernambuco, temática da próxima seção. São contempladas as transformações ocorridas na produção açucareira, bem como o surgimento e consolidação das primeiras fábricas têxteis, principais atividades econômicas do estado no período contemplado. No bojo dessas atividades, são apontadas algumas formas pelas quais frações mercantis de capital puderam penetrar nos interregnos daqueles dois ramos produtivos. É abordado, ainda, o impulso dado ao surgimento de outros ramos produtivos de menor relevância em virtude do avanço das atividades principais e do processo de urbanização do Recife.

2 – O MOVIMENTO DAS FRAÇÕES DE CAPITAL EM PERNAMBUCO E OS REFLEXOS NA ESTRUTURA ECONÔMICA ESTADUAL

A implantação de numerosas fábricas de tecidos e, ao mesmo tempo, um intenso processo de modernização pelo qual passava a indústria do açúcar concorreram para o notável dinamismo da economia de Pernambuco no fim do século XIX. Esse ambiente influenciou positivamente nas utilidades públicas do Recife, onde teve início uma acentuada urbanização, que propiciou o desenvolvimento de outras atividades industriais. Além disso, teve impulso o capital mercantil, representado pelos comissários

de açúcar e algodão, pelas casas comerciais e por estabelecimentos bancários e financeiros, locais e extralocais. O parque industrial também se diversificava, por essa época, em virtude da expansão do mercado consumidor da região, potencialmente adequado para a constituição de um sistema industrial de nível local.

Ademais de empreender um esforço analítico sob o enfoque das principais frações de capital acerca do processo de desenvolvimento econômico de Pernambuco desde o fim do século XIX até a etapa da alteração no padrão de inter-relacionamento entre as regiões brasileiras a partir de meados dos anos 1950, é preciso avançar na compreensão da forma pela qual são gestados espaços de valorização nos quais pôde-se beneficiar o capital mercantil, importante elemento daquele processo.

2.1 – Capital Mercantil: Breve Nota Teórica

O movimento do capital é feito de acordo com o pressuposto básico da incessante busca pela valorização do valor e também de acordo com o grau de desenvolvimento da sociedade onde atuam os capitalistas e da prevalecente divisão social do trabalho. Assim, ao lado da característica essencial do capitalismo, é preciso considerar as especificidades da sociedade – que pode ser entendida como uma região, nos termos de Oliveira (2008) – em que os proprietários do capital o aplicam. Tais especificidades se revelam quando se consideram os capitais em função, ou seja, a forma capitalista enquanto capital mercantil (que pode ser decomposto em capital comercial e capital financeiro), capital industrial ou produtivo e, com maior recorrência e intensidade no período recente do capitalismo mundial, capital financeiro. Apesar de distintas, estas formas compõem, de maneira inseparável, o movimento de valorização do capital. (CARVALHO, 1988).

Em situações “desejáveis”, o capital comercial deve servir ao capital industrial como agente promotor através do escoamento da produção manufatureira para a realização do valor produzido. Se na forma capital financeiro, deve prover, à medida que avança o desenvolvimento produtivo, recursos necessários para

que investimentos produtivos, carentes de montantes cada vez maiores, sejam realizados. Nesse processo, cada capital em função se apropria de determinado montante de mais-valor originado na fase que lhe cabe no processo de produção capitalista.

Por outro lado, uma análise histórica pode revelar facetas perversas do capital mercantil enquanto agente de suporte do capital industrial: há, pois, um caráter ambíguo daquela forma capitalista. Ao mesmo tempo que estimula, o capital mercantil pode atuar no sentido de retardar o processo de desenvolvimento econômico: “[o capital mercantil] freia o progresso, que seria alcançado pela dinamização das forças produtivas, bloqueando na esfera de circulação a parte do produto excedente de que se apropria”, segundo Carvalho (1988, p. 142-171).

Mas de que se trata efetivamente o capital mercantil? Longe de se limitar à esfera da circulação, essa forma capitalista se habilita a penetrar nas esferas produtivas para reproduzir a práxis de trilhar “as linhas de menor resistência” e evitar “o confronto com o capital industrial”. Numa possível interação com o capital industrial, o capital comercial passa a realizar “lucrativas operações ligadas às esferas produtivas da esfera da circulação” através da própria força que possui ou da força que lhe empresta o capital produtivo, necessitado do agenciamento de que se responsabiliza o capital mercantil nas formas que lhe são peculiares. Nos casos em que tal articulação ocorre, é passível de verificação a dominação do capital comercial sobre o capital industrial. (CARVALHO, 1988, p. 145-146).

Essa articulação tem outras consequências. Ao penetrar na esfera produtiva, o capital mercantil, gerador de lucros na esfera da circulação, não apenas potencializa o lucro obtido ao entrar na esfera da produção, como restringe sobremaneira o desenvolvimento desta ao nela se metamorfosear. Em outras palavras, os interesses das classes dirigentes das frações de capital mercantil se sobrepõem e mesmo se confundem aos do capital produtivo, no sentido de restringir o caráter progressista de que é dotado este último.

Guimarães Neto (1989) mostra não apenas a predominância do capital mercantil sobre o capital produtivo no Nordeste pouco antes e durante a fase da articulação mercantil no país mas também a habilidade com a qual grupos econômicos relacionados ao comércio constroem a produção açucareira nordestina, carente de colocação da produção no mercado interno, em virtude da crise internacional que condicionava o setor e da estratégia de comercialização interna emergida no início do século XX. Nesse instante, o capital mercantil não apenas comercializava o açúcar, mas também o refinava e, dessa forma, se habilitava a promover uma postura especulativa por dentro do setor produtivo. (GUIMARÃES NETO, 1989).

A força do capital mercantil é tal que, mesmo na ocorrência de um processo de transformações estruturais em determinada região, pode ver “diminuído seu poder, mas raramente o perderá de todo”, conforme afirma Cano (2010). Concorrem para tanto, por exemplo, ações do Estado voltadas para acudir essa perda relativa de poder na estrutura de capital vigente e que possibilitam ao capital mercantil uma eventual mudança de forma.

É preciso destacar, todavia, que, a despeito de ocorrerem as tais mudanças de forma, elas nunca se darão de maneira completa: é provável que a nova mantenha traços arcaicos e progressos que tipificavam a velha. Assim, é possível afirmar que a expressão moderna de algumas frações de capital persiste portadora dos mesmos preceitos mercantis de outrora.

Uma análise que se pretenda realizar a partir do movimento concreto das principais frações de capital produtivo deve considerar, por isso, os seguintes elementos: (i) o desejo dos proprietários de uma fração de capital mercantil em metamorfoseá-la; (ii) os limites existentes na estrutura econômica em questão, especialmente em um contexto de articulação mercantil e integração produtiva, em que se destaca o processo de concorrência entre os capitais entrantes e os capitais locais, mas também, e principalmente, a transformação nas relações de produção existentes na região integrada, normalmente menos desenvolvida que

na região integradora; e (iii) o acesso a recursos (crédito, incentivos fiscais etc.) facilitadores da modernização.²

2.2 – O Processo Usineiro em Pernambuco

A volatilidade da economia açucareira nordestina, cuja oferta já vinha em crise desde meados do século XVII em relação à demanda europeia de açúcar, que havia diminuído consideravelmente ao longo do século XIX em função da entrada do açúcar de beterraba europeu no mercado, impôs aos produtores a necessidade de promover modificações na estrutura produtiva. Essa transformação foi lenta e gradual até que, no último quartel do século XIX, teve início a substituição dos chamados engenhos banguês pelas usinas, mediada pela experiência dos engenhos centrais.³

De acordo com Andrade (1989), no período que vai dos anos 1890 à década de 1950, o processo histórico da constituição das usinas em Pernambuco pode ser subdividido nas seguintes fases:

- i) 1875-1890: fase de implantação dos engenhos centrais e das primeiras usinas em resposta à necessidade de modernização do parque produtivo estadual frente às pressões competitivas externas;
- ii) 1890-1910: fase do desaparecimento dos engenhos centrais e surgimento de várias usinas, com retração do capital financeiro e comercial no capital agroindustrial; início de um movimento que envolveu a incorporação de engenhos pelas usinas;
- iii) 1910-1933: fase da consolidação do processo

2 É o caso dos trabalhos de Cavalcanti e Cunha (2006) e, em certa medida, de Mendonça (2005), que trabalham essa mudança de forma à luz do conceito schumpeteriano de inovação e empreendedorismo.

3 Os engenhos banguês normalmente são qualificados como “tradicionalistas” e produziam, principalmente, um açúcar de cor escura, mascavado. Além disso, não incorporavam as melhorias técnicas disponíveis à produção açucareira, a despeito de elas existirem mesmo antes do advento da República. Foi somente com os engenhos centrais que a modernização produtiva, especialmente na fase industrial, foi viabilizada na produção açucareira. Os engenhos centrais se diferenciavam das usinas à medida que representavam uma conciliação das relações de produção entre uma agricultura tradicional e as mais modernas técnicas de fabricação do açúcar, conforme se verá mais adiante. Ver, a propósito, Perruci (1978b) e Andrade (1989).

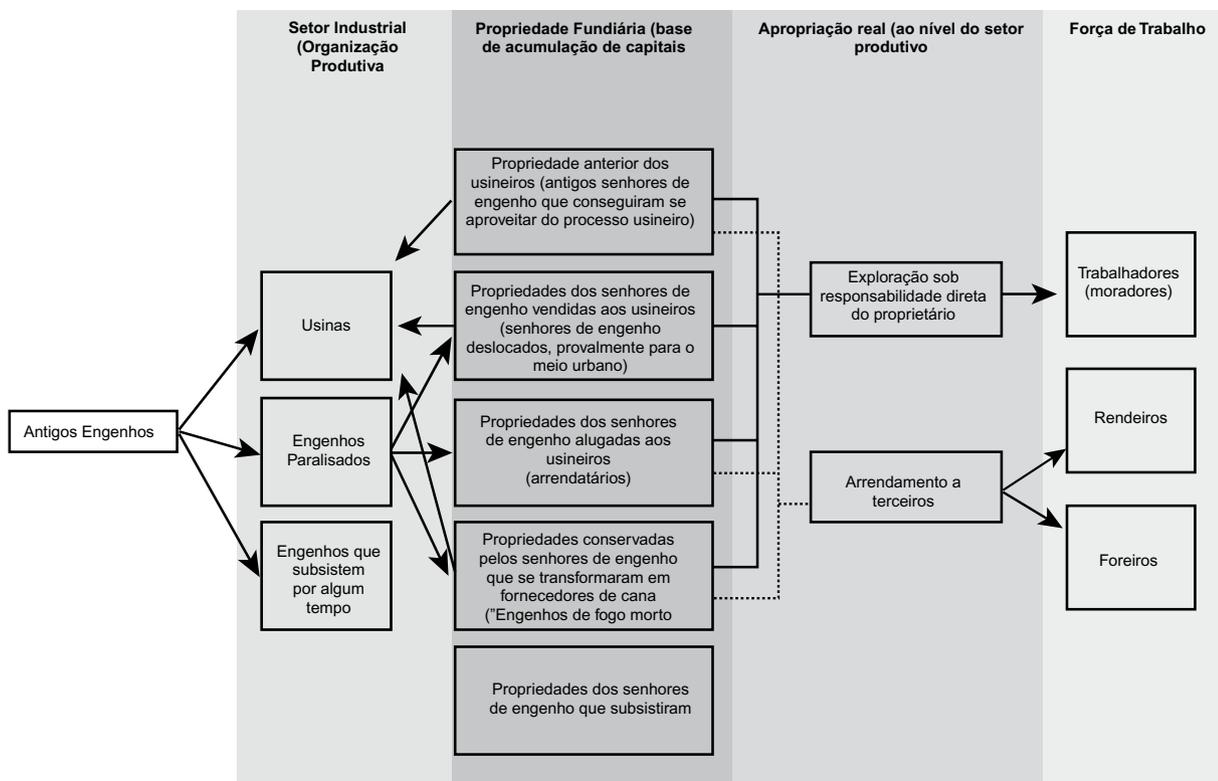
usineiro, na qual ocorreu a intensificação do movimento de incorporação dos engenhos pelas usinas e do acirramento da concorrência inter-regional, que demandou a intervenção do governo federal através da criação do Instituto do Alcool e do Açúcar (IAA); e

- iv) 1933-1960: fase da intensificação de um movimento de concentração de capitais, que envolvia, diferentemente de outrora, a incorporação de pequenas usinas por outras maiores.

A lógica do movimento do capital ao longo de todo o processo pode ser sintetizada conforme o Esquema 1 a seguir, que representa uma ilustração da transição dos antigos engenhos para as usinas. Com as usinas, o capital se realiza enquanto uma relação social que se assenta, num primeiro momento, na apropriação de mais valia produzida pela força de trabalho. O desenrolar do processo usineiro, contudo, faz com que a acumulação de capital encontre delimitações concretas na concorrência intercapitalista, que se dá no nível intrarregional ao longo da fase do isolamento relativo; e inter-regional, notadamente, a partir dos anos 1920, quando também, em São Paulo, a economia açucareira viria a se desenvolver. (VANDERLEI, 1979; TAVARES, 1998).

2.3 – A Instalação dos Primeiros Engenhos Centrais e Usinas de Pernambuco (1875-1959)

As transformações na produção açucareira de Pernambuco, no último quartel do século XIX, devem-se a uma decisão institucional que viria a impactar a estrutura produtiva do açúcar no Nordeste. Reuniam-se, em 1878, por ocasião do Congresso Agrícola do Recife, os principais senhores de engenho da região, motivados pela situação crítica em que se encontrava a agroindústria açucareira da região. A principal deliberação do Congresso Agrícola do Recife foi modernizar a produção através da separação, em duas partes, do processo produtivo: a primeira estaria limitada à produção agrícola, ou seja, a plantar a cana-de-açúcar, insumo básico da segunda parte do processo, de caráter industrial, responsável pelo



Esquema 1 – Transformações na Estrutura de Capital Açucareiro em Pernambuco

Fonte: Vanderlei (1979)

processamento da cana nas unidades produtivas denominadas “engenhos centrais”.⁴

Saliente-se que, no fim do século XIX, o açúcar nordestino perde ainda mais espaço no mercado internacional, de modo que a reconversão do destino da produção para o mercado interno se apresentava como alternativa única de escoamento.⁵ Não estava alterado o destino do açúcar produzido no Nordeste, qual seja, a venda para fora da região: alterava-se apenas o destino final. Para lograr êxito em tal

estratégia, os congressistas, através do governo de Pernambuco, articularam uma política em favor da implantação dos engenhos centrais, para a qual seria da maior relevância o papel do investimento estrangeiro. A transformação dos antigos engenhos em engenhos centrais foi mediada pelo capital estrangeiro, notadamente o inglês, invertido na modernização das instalações dos antigos engenhos e na conversão destes em engenhos centrais.⁶

Nesse movimento de modernização, o capital estrangeiro promoveu não só o reequipamento dos engenhos pernambucanos mas também um avanço nas condições infraestruturais e produtivas do estado

4 A reunião do Congresso Agrícola do Recife era a “resposta” a uma reunião semelhante ocorrida no Rio de Janeiro, que congregava produtores agrícolas do setor açucareiro da região Centro-Sul e excluía os produtores do Nordeste, até então os mais relevantes do país. É possível interpretar a realização daquela reunião no Rio de Janeiro à luz do período federativo que adviria com a República.

5 É importante destacar que a crise do setor açucareiro nordestino era secular e vinha ocorrendo, a rigor, desde a expulsão dos holandeses de Pernambuco, em meados do século XVII. Ademais, é importante situar a análise no contexto internacional de crise do capitalismo mundial, que ocorria no período 1873-1896. Com essa crise, capitais acumulados nos principais centros mundiais estavam “sobrando” e careciam de colocações em inversões lucrativas. A estratégia dos Engenhos Centrais atraiu esse perfil de capital.

6 A propósito, ver Graham (1973). Nesta obra, o autor destaca o papel do capital inglês no processo de construção da maior parte do sistema de transporte do qual dependeriam algumas atividades produtivas e industriais, cuja maquinaria também era fornecida pelos ingleses, que também atuaram com o fornecimento de crédito e investimentos diretos. Por isso, é possível interpretar a modernização produtiva como uma resposta mais a estímulos do capital estrangeiro especulativo do que propriamente a uma vontade própria dos senhores de engenho local, debilitados em termos de capacidade financeira, mas amparados no governo estadual.

através da implantação de estradas de ferro, da utilização de mão de obra relativamente qualificada e do impulso comercial e financeiro, possibilitado em virtude da migração de investimentos do setor açucareiro para outros segmentos, notadamente para casas comerciais e bancos. Uma lei do Governo Imperial não só permitia como também favorecia essa migração, em virtude de provisionar uma taxa mínima de juros como garantia de retorno do capital invertido.⁷

Perruci (1978a) destaca que os grupos agrários pernambucanos não dispunham de bases materiais convenientes às necessidades de modernização do setor. Além disso, ressalta que a organização produtiva resultante da instalação dos engenhos centrais fraturava os interesses das classes dominantes envolvidas, quais sejam, senhores de engenho e usineiros. Conforme destacado no Esquema 1, os capitalistas que não acompanharam o processo usineiro ou permaneceram como senhores de engenhos paralisados ou foram reduzidos à função de meros fornecedores de cana-de-açúcar.

Além de evidenciar a escassez de recursos e a dependência do aporte financeiro estrangeiro, a estratégia dos engenhos centrais revela os anseios nada progressistas da classe produtora regional. A despeito da necessidade de avançar tecnicamente no processo de produção da principal atividade econômica regional, a proposta dos engenhos centrais não comprometia a utilização de mão de obra escrava por parte dos senhores de engenho. Ao mesmo tempo, a deliberação do Congresso Agrícola do Recife obrigava os engenhos centrais a utilizar mão de obra livre. Além disso, a estratégia garantia aos agricultores de cana mercado consumidor cativo, porque aos engenhos centrais cabia o dever de adquirir a cana exclusivamente dos senhores de engenho. (ANDRADE, 1981; SINGER, 1968).

Perruci (1978b) corrobora essa interpretação:

Em 1888, o cônsul da França em Pernambuco escreve: **“Quanto à cultura da cana, ela é praticada ainda hoje como se fazia há cem anos atrás (sic); não há o mínimo progresso a registrar, nem no preparo do solo, nem no emprego de instrumentos agrícolas aperfeiçoados. Sem**

dúvida alguma, no dia em que os proprietários da província – homens em geral muito **inteligentes, mas apáticos e rotineiros** – quiserem modernizar a agricultura, poderão sem grande esforço aumentar da metade ou talvez mesmo dobrar a produção atual”. (PERRUCCI, 1978b, p. 112, grifos nosso).

Na verdade, o comportamento desses empresários se aproxima bastante do fato motivador da agricultura itinerante, descrita por Cano (2002), na qual era promovido o abandono de terrenos esgotados e utilizados outros mais longínquos, de modo que se evitava com isso a necessidade de intervenções químicas no solo. Essa prática não é exclusiva da classe empresarial de Pernambuco: faz parte da evolução histórica nacional, mesmo no período atual, foi sintetizada em trabalho de Tavares (1999) e pode ser expressa através do termo fuga para frente.⁸

Deve-se ressaltar, porém, que a modernização introdutora de progresso técnico na produção açucareira se deu apenas no nível da indústria do açúcar e não da cultura da cana, “porque as estruturas senhoriais da economia agrária da região não permitiram”. Assim é que os engenhos centrais “foram criados para conciliar relações de produção agrária tradicional com as mais modernas técnicas de fabricação de açúcar”, de modo a preservar os interesses econômicos da classe social regional, destaca Perruci (1978b, p. 113). Assim, a estratégia dos engenhos centrais revela a intenção da classe empresarial local de manter o *status quo* secular e evitar a complexidade que envolvia a produção industrial do açúcar. O que se viu a partir dos engenhos centrais foi a renúncia temporária dos senhores de engenho não apenas à fase mais dinâmica da produção mas, principalmente, aos princípios capitalistas em prol de se manterem em determinada condição de poder econômico e político.

A concessão da fase industrial ao capital inglês reforçava essa condição, mas não representava uma submissão total ao capital estrangeiro; evidência disso foi o malogro da experiência dos engenhos centrais. O fracasso se deveu exatamente à contradição existente

8 Ver Cano (2002), especialmente o capítulo quinto. Sobre a “fuga para frente” na monocultura da cana em Pernambuco, ver Perruci (1978b). Sobre o fenômeno brasileiro, ver Tavares (1999). O termo “fuga para frente” deve ser tributado a José Luis Fiori.

⁷ Ver Cano (2007b); Andrade (1989) e ver também Pinto (1949).

entre o fornecimento de cana e a transformação desta em açúcar, refletida em termos políticos – porque o engenho funcionava de maneira fechada, dependente de si mesmo e com relações exteriores facilmente adaptáveis à conjuntura e restritas a produtos de luxo – e também em termos microeconômicos – expressa na baixa e inconstante oferta de insumos para o processamento do açúcar. Com isso, as usinas substituíram o sistema de engenhos centrais, o que forçou necessariamente os senhores de engenho locais a transformar a predominância de capitais em função no setor açucareiro: outrora agrário, a partir das usinas o capital teria um caráter predominantemente industrial.

A continuidade do processo usineiro se deu através do acionamento do governo de Pernambuco, que financiou “não só a implantação das fábricas, como também de ferrovias que ligavam as várias propriedades [...] assim, os grandes proprietários [...] fizeram com que o Estado também interviesse no processo em transformação, em favor dos seus interesses”. (ANDRADE, 1981, p. 26-27). Por isso, o legado dos engenhos centrais foi uma “revolução tecnológica” na indústria açucareira, da qual se aproveitariam os empresários locais, com o suporte do Estado, para organizar a produção a partir das usinas. Assim, a apropriação, por parte do empresariado local, das instalações dos engenhos centrais terminou por gerar um recuo da participação estrangeira no setor açucareiro pernambucano.⁹

Com as usinas, há uma inversão de predominância no processo produtivo do açúcar, de modo que o capital industrial se sobrepõe em importância ao capital agrário, dada a unificação em um só estabelecimento das fases agrícola e industrial, separadas nos engenhos centrais. Para implantar uma usina, o empresário carecia de capital de giro e de acesso a crédito bancário. Foi justamente através dessa brecha que o capital mercantil pôde penetrar na esfera produtiva: os comissários comerciais e casas financeiras, que se constituíam no acesso da burguesia açucareira ao crédito, detinham hipotecas sobre os bens das

empresas menores, de modo a tomar posse destas em épocas de crise. A avidez do capital mercantil em comprar barato para vender caro, aliada à necessidade das empresas maiores em dispor da matéria-prima para constituir usinas e superar a contradição básica dos engenhos centrais,¹⁰ parece ter sido a mola propulsora da principal característica que marcaria o período iniciado nos anos 1890, que se assemelha ao movimento de centralização de capitais, descrito teoricamente por Marx (1983).¹¹

Para Andrade (1989), a consolidação do processo usineiro, que ocorreu entre os anos 1910 e 1930, se deu com base em uma preocupação empresarial restrita ao implante da fábrica. Poucos recursos sobravam para a realização de investimentos em melhorias técnicas do sistema agrícola, o que contribuía para a manutenção secular da organização agrária da produção açucareira em paralelo ao avanço usineiro. Essa combinação entre o moderno e o atrasado resultou na manutenção da contradição técnica/tecnológica entre a fase industrial e a fase agrícola, mesmo estando ambas as fases sob a coordenação de um só estabelecimento.¹² Na ausência de uma estrutura creditícia, o mecanismo adotado pelo governo de Pernambuco, ele próprio a classe dominante açucareira, não escondia os vícios de uma classe empresarial tradicionalista acostumada ao poder político secular que resistira às mais severas crises e oscilações da produção:

a participação do empresário não passa do terreno, a fábrica, portanto, nada lhe custando. Assim, o sistema de produção baseado na usina triunfa tão espetacularmente, em Pernambuco, que os usineiros se sentem bastante poderosos para

9 Confira Andrade (1981). Sobre a construção de ferrovias, o trabalho de Pinto (1949) constitui obra de referência, ao estudar a empresa Great Western, mas também os acontecimentos que antecederam a instalação dessa empresa em Pernambuco.

10 Tal superação foi facilitada pela maior concentração da propriedade fundiária e pelas estradas de ferro constituídas à época dos engenhos centrais.

11 O processo usineiro em Pernambuco se assemelha ao movimento descrito por Marx (1983), mas não o reproduz completamente. A centralização de capitais no estado foi muito mais um processo de crescimento extensivo, no qual estabelecimentos maiores e tecnicamente mais avançados incorporaram estabelecimentos menores e tecnicamente defasados, sem, necessariamente, alterarem as condições objetivas de produção.

12 É importante cotejar essa descrição com o aporte teórico da centralização de capitais anteriormente descrito, com base em Marx (1983). Fica evidente, no caso da incorporação de engenhos por usinas, a alteração na composição orgânica do capital na fase de expansão destas últimas.

recusar o pagamento de suas dívidas contraídas ao Estado. (PERRUCCI, 1978b, p. 125).

Isso significa que os rumos do desenvolvimento econômico de Pernambuco na fase do isolamento relativo, estritamente dependentes da produção de açúcar, estiveram fortemente condicionados por um comportamento empresarial que privilegiava o enrijecimento da estrutura produtiva, refletido na dominação política e econômica por parte de uma classe que se mostrava avessa às transformações progressistas na estrutura produtiva. Além disso, o capital mercantil, situado numa posição deveras favorável em relação à heterogeneidade setorial da produção de açúcar, poderia exercer o dogma do comprar barato para vender caro.

A contradição moderno/atrasado garantia, ainda, uma sobrevida aos senhores de engenho cujo estabelecimento representava a fronteira de valorização a ser conquistada pelos usineiros, porque as usinas não se amparavam no uso intensivo da terra – pretensão retórica dos senhores de engenho e futuros usineiros reunidos no Congresso Agrícola do Recife de 1878 – mas, sim, numa nítida *fuga para frente*, ou seja, na incorporação de mais terras ao processo produtivo, cujo limite físico-territorial era exatamente a propriedade agrícola dos senhores de engenho.¹³

O fornecimento da cana-de-açúcar capacitava os senhores de engenho a barganhar melhores preços da mercadoria e isso tinha importantes efeitos, a exemplo da opção da remanescente “nobreza da terra” por continuar na atividade fornecedora da cana. Decorre dessa estratégia empresarial a maior necessidade de as usinas obterem créditos para custear não só a produção usineira mas também, e principalmente, a busca por espaços de cultivo da cana, já ocupados pela histórica classe dominante local.¹⁴

13 Evidencia tal constatação o reconhecimento do atraso do desenvolvimento da cultura da cana em relação ao desenvolvimento industrial das usinas, por parte dos empresários do setor, no contexto de crise do início do século XX, cuja solução passaria (i) pela realização de estudos sobre custos de produção e preços da matéria-prima; (ii) pela evocação da necessidade de crédito fornecido pelo governo federal; e (iii) pela regularização das tarifas de transporte do açúcar. (ANDRADE, 1989; PERRUCCI, 1978a; PERRUCCI, 1978b).

14 Deve-se ter em mente, ainda, a rígida e concentrada estrutura fundiária regional, mapeada principalmente por Furtado (1987), que obstaculizava o avanço do cultivo canavieiro, à medida que

A despeito de ser um período de crise, os anos compreendidos entre 1910 e 1933 foram marcados pela tentativa de organização dos produtores de açúcar com vistas à defesa da produção. Os usineiros buscaram no Estado o auxílio necessário à manutenção da ordem estabelecida e passaram a se organizar para confrontar o capital mercantil, de quem continuavam dependentes. Persistiam, porém, a necessidade de modernização do parque produtivo e o baixo nível tecnológico. Mesmo nesse contexto de crise, o movimento das frações de capitais evidenciava que o negócio açucareiro tinha uma rentabilidade tal que permitia a continuidade do processo de incorporação de engenhos e, principalmente, de usinas menores. É nessa fase que é criado o maior número de usinas em Pernambuco.

Por essa época, era crescente o poder de pressão do grupo usineiro em virtude da organização dos empresários do setor. Essa capacidade de congregação forçou os representantes do capital mercantil a adentrarem *ativamente* a esfera produtiva do açúcar, o que constituiu uma alteração na estratégia de diversificação dos comerciantes e financistas locais com vistas a manter a expressão econômica dos grupos empresariais que representavam sob essa forma capitalista. (ANDRADE, 1989).

Desse modo, o estabelecimento produtor de açúcar não mais era visto como um negócio transitório (limitado à operação de comprar barato para vender caro), originado da falência de senhores de engenho ou usineiros e da oportunidade de realizar um negócio de ganho fácil e rápido, mas, sim, como uma das frações de capital dos grupos comerciais e financeiros. Nesse movimento, merecem destaque as firmas Mendes Lima & Cia, o grupo de Arquimedes de Oliveira e Magalhães & Cia. Esse movimento também se deu em fluxo contrário, ou seja, alguns usineiros passaram a constituir firmas comerciais e financeiras, casos de José Rufino & Cia e Fábio de Barros & Cia.¹⁵

Essas estratégias do capital mercantil e do capital produtivo relegaram ao que restava das formas

representava, conforme descrito no Esquema 1, o deslocamento de importantes membros da classe dominante local.

15 Para maiores detalhes, ver Andrade (1989).

estritamente agrárias de capital o ônus dos períodos de crise no setor açucareiro:

A luta maior se travaria entre fornecedores de cana e usineiros, aqueles desesperados por não poderem manter o status dos antigos senhores de engenho e por verem a expansão das usinas que compravam as suas terras [...] A acentuação da crise econômica e o controle político do Estado, pelos usineiros, levaram fornecedores de cana a fazer ameaças de colocar explosivos a fim de provocar a explosão das fábricas, enquanto usineiros ameaçavam de incendiar canaviais. (ANDRADE, 1989, p. 66).

Essa cisão de interesses refletia a estratégia dos usineiros de intensificar a produção de cana-de-açúcar e de açúcar para competir com a produção canavieira e açucareira do Sudeste. Note-se, porém, que essa estratégia era imobilista do ponto de vista de melhorias técnicas no processo produtivo e se amparava, uma vez mais, nos recursos do Estado e na reiteração da fuga para frente, através da incorporação de terras e da simples eliminação dos fornecedores de cana.

Nesse contexto de crise e mútuas ameaças, foi estabelecido um pioneiro padrão de intervenção do governo de Pernambuco voltado à determinação de cotas de produção para as classes de fornecedores e produtores de cana e açúcar. Conforme ressalta Andrade (1989), essa foi uma solução consensual que serviu para amparar, de maneira paliativa, os interesses envolvidos na principal atividade econômica do estado.

No início dos anos de 1930, o governo federal passou a intervir na atividade açucareira nacional através da criação do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA) em 1933. A continuidade do movimento de expansão das frações de capitais usineiras foi fortemente abalada com a crise internacional de 1929 e os efeitos da crise no Nordeste se potencializaram com o crescimento da produção açucareira no Sudeste, em especial em São Paulo. Assim, um dos objetivos principais do IAA era defender e manter a produção açucareira brasileira, especialmente a nordestina, em níveis que garantissem a rentabilidade do setor. Para tanto, foi estabelecido um sistema nacional de cotas que, se esperava, pudesse proteger o parque produtivo nordestino da concorrência das frações

de capital homônimas do Sudeste. (CANO, 2007b; SZMRECSÁNYI, 1979).

Essa política do IAA, ainda que tenha contribuído para salvaguardar a produção e o emprego de uma das principais atividades econômicas nordestinas, inibiu (i) a continuidade do avanço da modernização do parque produtivo regional e (ii) a superação das más condições de trabalho na atividade; ademais, (iii) contribuiu para a manutenção da estruturação latifundiária do setor, que permanecia intocada; e, finalmente, (iv) facilitou a continuidade do movimento de expansão dos capitais usineiros, cujo reflexo político e social era a concentração de poder e renda. Além das cotas de produção, devem-se acrescentar, como fato limitador do avanço usineiro, as restrições espaciais e técnicas em Pernambuco.¹⁶ (ANDRADE, 1989; OLIVEIRA, 2008).

É premente salientar a importante alteração no movimento dos capitais açucareiros em curso a partir da década de 1930: se, antes, envolvia majoritariamente a incorporação dos engenhos pelas usinas, a partir da política do IAA, as maiores usinas passaram a incorporar usinas menores. Nesse contexto, porém, continuava a se destacar a luta entre proprietários de terra contra os proprietários de capital industrial: essa luta protagonizava os rumos do desenvolvimento da principal atividade econômica de Pernambuco.

Por essa época, eram sessenta e oito usinas que funcionavam em Pernambuco sob o controle das antigas famílias proprietárias dos engenhos e das primeiras usinas instituídas no estado. Além disso, algumas dessas usinas eram controladas sob o formato de sociedades anônimas e pequeno número delas fazia parte de outras empresas, cuja origem de capital era local. Andrade (1989) ressalta que era

¹⁶ Vale salientar o elogio da classe empresarial pernambucana à grande medida tomada pelo Governo Vargas ao criar o IAA, com vistas a proteger a produção nacional de açúcar e álcool. (DÉ CARLI, 1942). Tal postura evidencia não a falta de percepção desses empresários quanto ao caráter limitativo que a política de cotas lhes impunha, mas sim a postergação da derrocada dos mesmos, como destacou Oliveira (2008). Daí não ter sido a inibição advinda do IAA uma imposição exógena para a continuidade do processo usineiro em Pernambuco, especialmente porque os usineiros pernambucanos não tinham em vista a modernização do parque produtivo em bases autônomas, exceto após a "herança" do capital estrangeiro com os engenhos centrais.

impossível às pequenas usinas competir pelo mercado consumidor em virtude das limitações impostas pelas cotas de produção estabelecidas pelo IAA.¹⁷

Deflagrada a II Guerra Mundial, a produção de açúcar da América Latina e Caribe sofre novo impulso. Nesse contexto, os produtores do Sudeste, especialmente os de São Paulo, conseguem aprovar uma redefinição das cotas determinadas pelo IAA entre estados e empresas, em detrimento da produção nordestina. É a partir desse instante que não só a região Sudeste deixa de ser abastecida com o açúcar nordestino, como também passa a disputar com os produtores do Nordeste as cotas de exportação para o mercado internacional. Dez anos após o fim da guerra, São Paulo torna-se o maior produtor brasileiro de açúcar. (ANDRADE, 1989).

2.4 – Caso das Fábricas de Tecido (1890-1959)

O surgimento e consolidação do parque produtivo têxtil no Nordeste podem ser tratados de acordo com uma periodização bem definida, comum aos trabalhos setoriais da Sudene (1962, 1971) e de especialistas no tema, a exemplo de Stein (1979); Suzigan (2000); Silva (1999) e Maranhão (1983). Esses trabalhos permitem identificar distintos movimentos expansivos e recessivos até os anos de 1950, decorrentes de estímulos externos e do término do efeito estimulante. A partir de então, essa situação seria substancialmente alterada: verificou-se um declínio estrutural do dinamismo da indústria têxtil nordestina, que estava majoritariamente sediada em Pernambuco. O período aqui contemplado pode ser subdividido nas seguintes subfases:

- (i) a que vai do fim do século XIX até o fim da I Guerra Mundial, quando surge efetivamente a indústria têxtil em Pernambuco e tem início uma notória expansão do setor;
- (ii) aquela compreendida entre o fim da I Guerra e o fim da década de 1920, marcada por características contracionistas na primeira metade da década e crescentes investimentos de capital no setor a partir

de 1925, movimentos que concorrem para consolidar o parque produtivo estadual;

- (iii) a fase que contempla a década de 1930, marcada pela recuperação da crise de 1929 e por importante alteração nas inter-relações entre as regiões brasileiras, que passa a atuar como condicionante da evolução da indústria têxtil em Pernambuco;
- (iv) a fase que vai da eclosão do 2º litígio mundial até o fim da década de 1940, que representa, por assim dizer, o último suspiro dinâmico da estrutura industrial pernambucana; e,
- (v) a fase do pós-guerra, que pode ser caracterizada como o início do declínio estrutural da indústria têxtil pernambucana e que resultou, no fim dos anos 1950, na decadência acentuada do segmento na composição do produto industrial pernambucano.

2.5 – A Fase da Implantação (1890-1919)

Nessa fase, especialmente a partir do último quartel do século XIX, alguns fatores de estímulo foram determinantes para a instalação das primeiras fábricas de tecido no Brasil e no Nordeste. Às condições ecológicas altamente favoráveis para a cultura algodoeira na região, devem ser acrescidos, ainda, os seguintes fatores: dificuldades de importação de artigos têxteis, o que forçou a produção interna; a existência de mão de obra abundante; e um mercado consumidor crescente.¹⁸

Além de ter contribuído para a constituição do mercado consumidor regional, é importante afirmar que a abundância de força de trabalho resultou redutora de custos: a mão de obra livre foi determinante para que houvessem sido liberados capitais imobilizados na escravaria, o que garantiu aos primeiros investidores do setor uma base de acumulação originária vinculada a outras atividades, comerciais e produtivas, estas relacionadas à produção de açúcar. Não por acaso, as primeiras fábricas de tecido em Pernambuco eram controladas por usineiros ou comerciantes.

¹⁷ Exemplifica este fato a entrada do grupo de Carlos Brito – Indústrias Peixe – no setor usineiro, através da compra da Usina Central Barreiros.

¹⁸ Para maior detalhamento, ver Sudene (1962) e Silva (1999).

A atividade econômica relacionada ao cultivo do algodão envolvia uma trama que ia desde o cultivo, passava pela distribuição por comércio interno e alcançava a distribuição para o exterior através dos portos. A produção algodoeira pôde-se dar, conforme ressalta Andrade (1981), com uma estrutura distinta daquela representada pelo cultivo de açúcar: eram pequenos produtores, e não latifundiários, que abasteciam os comerciantes do produto. Ocorre, porém, que a subordinação da atividade produtiva do algodão à esfera da circulação foi tão forte quanto a do açúcar, especialmente, porque sua distribuição comercial representava o tipo de espaço de valorização mais dileto à atuação de frações de capital mercantil.¹⁹

Ilustra essa constatação o processo de comercialização do algodão, que era vendido em duas fases. Na primeira vendagem, realizada pelo produtor para comerciantes e tropeiros que percorriam as vias internas para o porto, o produto não sofria nenhum processo de transformação. Já os primeiros compradores – aqueles comerciantes e tropeiros – procediam ao armazenamento e descarçamento do produto para, então, remetê-lo ao litoral onde era, em parte, vendido ao exterior pelos mascates e, em parte, transformado em fios e, daí, em tecidos ordinários. Nota-se, do exposto, a existência de uma estrutura industrial rudimentar em virtude de a armazenagem, o descarçamento, a fiação e a tecelagem envolverem processos de transformação do produto bruto. Interessante observar que, já na década de 1820, surgiram as primeiras manufaturas de tecido instaladas no Recife.

Portanto, o “salto” do cultivo de algodão para a produção fabril de tecidos esteve condicionado pelos lucros auferidos pelo capital comercial na região e seria possibilitado somente quando a fonte de renda desse capital comercial – função direta da dinâmica do mercado externo – se esgotasse, dada a capacidade de acumulação prévia. Esse foi o caso quando a Inglaterra passou a receber algodão oriundo do Egito a partir da década de 1880 e quando teve fim a Guerra de Secessão nos EUA, em 1865: ambos os acontecimentos concorreram para reduzir a procura pelo algodão nordestino. Dotados de boa parcela de

capital acumulado a partir dos lucros auferidos através do comércio exterior até a ocorrência desses eventos, os comissários de açúcar e algodão passaram a inverter recursos no processamento das matérias-primas locais, do que resultou, por volta dos anos 1880, um verdadeiro surto na indústria têxtil nordestina através da implantação de algumas fábricas até recentemente importantes.

Portanto, apenas no último quartel do século XIX, é que se tem registro de um início efetivo da atividade fabril têxtil em Pernambuco, especialmente a partir da década de 1890, quando se verifica intenso crescimento nas instalações têxteis no estado, notadamente no aumento considerável do número de teares.²⁰ Instaladas as primeiras fábricas, a crescente colocação dos produtos têxteis pernambucanos no mercado interno garantiu uma boa rentabilidade aos empreendimentos de modo a favorecer a ampliação do parque produtivo têxtil estadual.

São exemplos desse dinamismo a fábrica da Pedra, em município homônimo do interior de Alagoas (antigo território da Comarca do São Francisco, em Pernambuco), cujo proprietário, Delmiro Gouveia, era conhecido pela sagacidade nos negócios comerciais no Nordeste e em Recife; e a fábrica de tecidos de Paulista (PE), de posse da família Lundgren, de origem sueca, cujo ramo de acumulação originária era o comércio exportador de peles. A despeito desse surto de caráter industrial, exemplificado por essas duas importantes iniciativas, percebe-se que a dinâmica da produção ainda estava fortemente condicionada aos interesses do capital mercantil.²¹

Cabe acrescentar, a partir da leitura de Levine (1980); Andrade (1981) e Silva (1999), alguns condicionantes externos (à região e, em alguns casos, ao país) que concorreram para que fossem invertidos capitais – notadamente comerciais – na instalação das referidas fábricas no estado. Entre os fatores extrarregionais, esses autores destacam o regime financeiro instituído por Rui Barbosa, que resultou no aumento de liquidez da economia nacional na

19 Em Sá Jr. (1973), é possível encontrar uma descrição do processo de comercialização do algodão no Nordeste.

20 A esse respeito, ver o apêndice 3 do trabalho de Suzigan (2000).

21 Confirma Andrade (1981). Tanto Delmiro Gouveia como a família Lundgren provinham da exportação de couros.

década de 1890, permitiu a circulação de um maior volume de crédito e facilitou a instalação das primeiras manufaturas têxteis em Pernambuco.

Entre os condicionantes endógenos do avanço da indústria têxtil em Pernambuco, Silva (1999) destaca, além da qualidade do insumo (fibra de algodão), de caráter forçosamente regional, a crescente consolidação da mão-de-obra livre, que liberava capitais outrora imobilizados em escravos; o conseqüente aumento do mercado consumidor regional sob influência do Recife, então, centro regional; a demanda intersetorial representada pela introdução da sacaria como embalagem para o açúcar, o que, inclusive, promoveu importante encadeamento setorial das usinas de açúcar com as primeiras fábricas de tecidos grosseiros e resultou numa importante estratégia de diversificação de frações de capital de um para outro segmento (e vice-versa); e a infraestrutura ferroviária criada a partir dos engenhos centrais, que permitiu um desenvolvimento paralelo, não-conflitante em termos locais, com a produção de açúcar no estado. A localização das fábricas de tecido foi determinada, inclusive, pelas linhas férreas de penetração criadas inicialmente para escoar o açúcar.

Foi notório o crescimento do segmento têxtil em Pernambuco nas primeiras décadas do século XX, especialmente no período que antecedeu e perpassou a I Guerra Mundial. Essa fase foi marcada não apenas pelo forte incremento do nível de comércio mas também pelo movimento simultâneo de incorporação de novos equipamentos e máquinas às fábricas existentes.

2.6 – A Fase da Consolidação (1919-1949)

Para a Sudene (1962, 1971), a I Guerra Mundial constituiu o marco fundamental da consolidação do parque têxtil regional, porque tornou necessário desenvolver internamente os mecanismos capazes de suprir a demanda nacional e regional de produtos oriundos do exterior. Houve um constrangimento às importações que se configurou importante elemento de estímulo, à medida que o suprimento da demanda interna restringida se deu através de algumas indústrias nacionais, das quais a têxtil é exemplo típico.

Já a década de 1920 apresenta um quadro distinto. Enquanto regionalmente o quadro foi de desaceleração do avanço industrial, no país, verificou-se fenômeno semelhante apenas no triênio 1924/1926, dado o restabelecimento das fontes externas de suprimento da procura nacional, notadamente dos produtos têxteis. O fato é que o surto industrial iniciado no período anterior não apresentou características de continuidade, ou seja, não se constituiu enquanto um processo. Ademais, há que se ressaltar o caráter nascente das instalações do parque produtivo têxtil nacional/regional, o que implicava necessariamente uma condição de fragilidade frente à competição internacional. Ao longo da década de 1920, ainda persistia a hegemonia do capital mercantil sobre o capital agrário e sobre o capital industrial, mas este não deixou de ser beneficiado pelas políticas protecionistas empreendidas pelo Estado em favor das grandes lavouras. Nesse período, o crescimento industrial adquire consistência e caráter permanente e irreversível. (CANO, 2007b).

Importantes estabelecimentos foram fundados nessa fase em Pernambuco: é possível afirmar que o desenvolvimento da indústria têxtil pernambucana experimentou um avanço expressivo em termos qualitativos com as unidades implantadas após 1919, o que pode ser exemplificado pela utilização de energia hidrelétrica e pela produção de tecidos finos.²²

Na segunda metade da década de 1920, os investimentos em bens de capital no setor têxtil atingem o ápice e, a partir de então, passam a declinar. Com isso, a indústria têxtil pernambucana estava provida de um parque produtivo capaz de lograr uma rápida recuperação após a crise de 1929, o que foi verificado especialmente a partir de meados da década de 1930, quando foi capaz de suprir, ao lado da indústria do Sudeste, a demanda nacional de produtos têxteis. Na fase de recuperação da década de 1930, algumas fábricas se consolidaram, enquanto as mais importantes do estado, e se habilitaram a distribuir nacionalmente seus produtos, ainda que, no Sudeste, a indústria têxtil estivesse em melhores condições de competição.²³

²² Ver Sudene (1971).

²³ Conforme pesquisas da Sudene (1962, 1971), datam da primeira metade da década de 1920 os últimos investimentos modernizadores

A recuperação das fábricas têxteis de Pernambuco, contudo, estava fortemente atrelada à demanda extrarregional. O ainda considerável fluxo de comércio já apresentava sinais de desaceleração na segunda metade dos anos 1930, especialmente porque, no Sudeste, se desenvolvia uma indústria têxtil em bases econômicas diferenciadas, com o que se gestava um parque produtor têxtil com grande capacidade concorrencial.

O declínio do fluxo comercial no sentido Nordeste (Pernambuco)/mercado interno seria mais latente, não fosse a iminência e eclosão da II Guerra Mundial, que abriu o mercado estrangeiro à produção têxtil nacional e pernambucana e obscureceu a percepção do empresário pernambucano quanto à necessidade de modernizar o parque produtivo estadual e, com isso, reequipá-lo para fazer frente ao desenvolvimento da indústria homônima no Sudeste. Ainda que a demanda internacional tenha sido compensatória da retração crescente do mercado interno, a desaceleração do fluxo comercial constituía problema central para a manutenção do ritmo de crescimento do segmento em Pernambuco.²⁴ (SILVA, 1999).

Ocorre que o estímulo externo representado pelo contexto bélico da década de 1940 não teve longa duração: num período em que havia capacidade de acumulação em virtude da realização de vendas em escala anormal, não foram tomadas medidas modernizadoras capazes de dar uma sobrevida às vantagens econômicas de Pernambuco na produção

consideráveis na região Nordeste como um todo, da qual Pernambuco era hegemônico na produção de tecidos. Isso significa que, na década de 1960, parte considerável das fábricas têxteis regionais operavam com o mesmo maquinário da segunda metade da década de 1920. Maranhão (1983) alerta que, a despeito de modernizadores, tais investimentos em maquinaria representavam certo continuísmo, à medida que a tecnologia empregada era basicamente a mesma. Vale destacar que, em um contexto de superprodução, agravou-se a crise que sucedeu nos anos imediatamente posteriores a 1929, o que requereu medidas como a restrição às importações e a redução do horário de funcionamento de algumas fábricas.

²⁴ Note-se que o período iniciado nos anos de 1940 já está fortemente imbuído do fluxo reverso do comércio extrarregional pernambucano. Ou seja, estava acirrado o ambiente concorrencial a partir da consolidação da articulação mercantil nacional: não mais havia a exclusividade de colocar o produto regional para fora do mercado local; a partir de então, era preciso competir por mercado em nível nacional, mas também, e principalmente, dentro do Nordeste e de Pernambuco. Ver Guimarães Neto (1989), capítulos 2 e 3.

têxtil, evidenciando a predileção pelo curto prazo e alguma esperança na maior duração dos estímulos externos por parte dos empresários. Segundo Maranhão (1983), o “espantoso” incremento da produção entre 1939-1945 foi alcançado em virtude do uso mais intensivo de força de trabalho e do prolongamento da jornada de funcionamento das seções fabris na indústria têxtil pernambucana.

A crescente articulação mercantil das regiões brasileiras promoveu o acirramento da concorrência intercapitalista nacional e fez com que as indústrias têxteis pernambucanas e nordestinas se vissem inseridas num ambiente altamente competitivo, para o qual estavam equipadas com uma estrutura de produção voltada às determinações do mercado local e sensível aos efeitos decorrentes dos estímulos externos à região, que ocorriam de maneira esporádica. Isso significa, pois, que a estrutura industrial têxtil de Pernambuco e do Nordeste, a partir dos anos 1940, respondia ao contexto histórico em que havia sido implantada e consolidada, anterior a 1930.

Num quadro de competição intensa, verificou-se a incapacidade dessa estrutura industrial de concorrer com aquela instalada no Centro-Sul. Assim, o principal resultado desse processo foi o deslocamento das fábricas que permaneceram baseadas na estrutura organizacional da época em que o isolamento relativo garantia uma proteção natural aos mercados regionais: em Pernambuco, das trinta fábricas fundadas desde o período do surgimento até a fase da consolidação do setor no estado, menos da metade operava em 1959. (SUDENE, 1962).

2.7 – Os Determinantes do Declínio Estrutural (1949-1959)

Desde o fim da década de 1930, as vantagens locais em que se amparou a indústria têxtil pernambucana passaram a ser neutralizadas (i) pela concentração de investimentos produtivos na região dinâmica do país, em condições mais favoráveis; e (ii) pelo avanço da articulação mercantil e consequente constituição de um mercado interno consumidor dos produtos industriais do Sudeste, o que colocou a mostra débeis condições estruturais da produção de

tecidos no Nordeste como um todo, conforme relatos da pesquisa da Sudene (1962).

De modo geral, a dinâmica da indústria têxtil nordestina apresentou, no período que vai desde a constituição do parque produtivo até a fase da consolidação, um quadro de crescimento movido por estímulos externos e de decadência relativa à indústria homônima extrarregional. Desse quadro, resultou uma política intervencionista da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), lançada em 1962, voltada para o reequipamento do setor. Pernambuco seria o grande beneficiado, principalmente porque o parque produtivo estadual havia sido bastante afetado nos anos 1950 e adentrava a década seguinte com um número relativamente menor.²⁵

A análise de Silva (1999) parece atribuir quase exclusivamente ao processo de concentração produtiva e à crescente articulação mercantil os principais determinantes do atraso relativo e da crise estrutural que marcariam a indústria têxtil pernambucana e nordestina. Em contraposição, as análises da Sudene (1962, 1971) desautorizam tal interpretação e mostram que, se não é possível ignorar esses importantes fatores, notadamente do ponto de vista concorrencial, é preciso também que se considerem os condicionantes endógenos do atraso do setor.

Ofertantes de tecidos grossos, cujo processo produtivo exigia menor nível tecnológico, as indústrias têxteis nordestinas e pernambucanas se encontravam desajustadas às exigências mais “urbanas” e avançadas da demanda nacional, o que impelia a elas um mercado de dimensões restritas e a reiteração de uma produção tecnicamente defasada, o que apenas se agravou no contexto de crescente articulação mercantil inter-regional iniciado nos anos de 1940. Daí, refletir-se uma queda acentuada de importância da indústria têxtil nordestina frente à nacional, declínio que se revelou estrutural já a partir dos anos 1940.

25 Essa afirmação está amparada na ideia inicial da Sudene com o referido programa, cujo objetivo não era implantar novas fábricas. O diagnóstico do órgão revelara que havia capacidade produtiva ociosa na indústria regional, de modo que seria mais vantajoso priorizar a modernização do parque produtivo existente, em vez de investir em novo maquinário. Com isso, seria esperado que os parques produtivos de maior relevância, entre os quais o de Pernambuco, fossem os mais beneficiados.

Para apreender a nítida queda de participação do setor têxtil pernambucano em relação à indústria têxtil nacional, é preciso não apenas considerar o movimento concreto da industrialização brasileira, que até meados da década de 1950 se pautava nos segmentos de bens de consumo não-duráveis, entre os quais consta o segmento têxtil. Na verdade, deve-se também ter em mente os fatores endógenos à indústria pernambucana, que refletem a transição incompleta de uma estrutura amparada em bases produtivas tradicionais para uma estrutura moderna, em virtude do peso do arcaísmo em que o parque produtivo estava assentado. Podem ser enumerados os seguintes fatores: (i) problemas de mercado; (ii) obsolescência do equipamento; (iii) encarecimento e uso excessivo da mão-de-obra; (iv) problemas de administração; e (v) escassez de financiamento. Fortemente integrados, configuram, de maneira quase absoluta, problemas referentes à gestão das empresas, especialmente no que diz respeito à percepção empresarial do contexto da época.²⁶

No caso dos problemas de mercado, convém uma vez mais salientar que, na década de 1940, teve início o processo de articulação mercantil através do qual o isolamento relativo regional caiu por terra e a proteção natural do mercado local foi desmanchada. Dotada de equipamentos obsoletos, a indústria têxtil pernambucana não foi capaz de atender à demanda crescente do país, que passava por um processo latente de alteração quantitativa e qualitativa no perfil do produto demandado, devido ao processo de urbanização e de crescimento do mercado regional.²⁷

Essa demanda foi suprida pelas indústrias produtoras de tecidos finos, majoritariamente extrarregionais; apenas algumas fábricas locais foram

26 Esses são aspectos técnicos indubitavelmente importantes. Todavia, é preciso destacar a questão central que condiciona o desenvolvimento produtivo em Pernambuco e no Nordeste: por que os empresários não reequiparam as plantas produtivas quando puderam, a exemplo dos empresários paulistas, cariocas e mineiros?

27 Ver Sudene (1962, p. 7): “com efeito, quase todo equipamento da indústria têxtil do Nordeste é obsoleto, estando em uso, na melhor das hipóteses, há mais de trinta anos.” O relatório remonta à segunda metade da década de 1920, período que Silva (1999) destaca por estar dotado de paralelismo entre a ampliação do fluxo comercial dos produtos têxteis nordestinos e investimentos em máquinas e equipamentos no parque produtivo local.

capazes de atendê-la.²⁸ Para grande parte das fábricas pernambucanas e nordestinas, a incapacidade de atender o mercado local de tecidos finos – produtos elaborados a partir de uma matriz técnica mais avançada, de cuja demanda se aproveitaram as fábricas do Sudeste – foi compensada pela abertura do mercado extrarregional para tecidos grossos e pelo atendimento do mercado não-urbano por parte das fábricas desses produtos. Essa compensação permitiu que a estrutura produtiva tecnicamente defasada de boa parte das fábricas têxteis pernambucanas fosse mantida, de modo que a articulação mercantil intensificada nos anos de 1940 teve o efeito de aprofundar e reforçar a rigidez da estrutura produtiva têxtil de Pernambuco e do Nordeste, bem como a defasagem técnica em relação ao parque produtivo extrarregional.

O espaço de valorização caracterizado pelo atendimento da demanda de tecidos grossos, porém, não era dinâmico, no sentido de garantir bons índices de rentabilidade. Com isso, o parque produtivo regional, fortemente caracterizado por empreendimentos do referido segmento, entrou em um processo de declínio estrutural, a princípio, reforçado pela elevação do custo da mão de obra em virtude da conjuntura inflacionária pela qual passava o país e das dificuldades de abastecimento alimentar no Nordeste, refletidas em termos de preços.

Isso reverteu a vantagem locacional constituída a partir da mão de obra barata da região. Ainda que a mão de obra têxtil nordestina continuasse a mais barata do Brasil, era intensa e desnecessariamente utilizada na produção regional sob uma justificativa paternalista dos empresários.²⁹ (SUDENE, 1962; MAKLER, 1974).

28 A partir de Silva (1999), é possível identificar as principais fábricas têxteis de Pernambuco. Além disso, um exercício de interpretação das informações qualitativas que esse autor fornece permite destacar as características comuns às fábricas exitosas – caso da Othon – e a queda das fábricas tradicionais, incapazes de acompanhar a dinâmica do setor em nível nacional – caso da Fábrica de Juta.

29 As análises específicas do tema apontam para esse uso intensivo de mão de obra a partir dessa perspectiva paternalista. É preciso questionar, porém, o motivo pelo qual a mão-de-obra era excessivamente utilizada. Com base neste estudo, é possível afirmar que a intensidade de mão-de-obra do parque têxtil pernambucano se devia tanto à ineficiência econômica da indústria no estado, que se amparava no baixo custo da mão-de-obra para explorar a inserção da produção de tecidos na divisão inter-regional do trabalho,

Além dos problemas de mercado e mão-de-obra, também merecem destaque aspectos relacionados à gestão microeconômica dos empreendimentos têxteis, decorrentes da administração das fábricas pelo *one man industry*.³⁰ A pesquisa da Sudene (1962) identificou falhas administrativas básicas, a exemplo do desconhecimento do controle de custos, do próprio processo produtivo e do mercado. Os próprios empresários reconheciam que suas práticas empresariais não eram as mais adequadas, embora estivessem amparadas em argumentos de caráter social questionáveis.³¹

Ademais, constitui outro problema de vulto, no que diz respeito à gestão microeconômica das fábricas, a questão do financiamento para realizar inversões em máquinas e equipamentos. Essa é, por sinal, uma questão crucial para entender o processo de declínio do avanço da indústria têxtil regional a partir dos anos 1940.

Enquanto dispôs totalmente do mercado interno no Nordeste e desfrutou de amplo domínio sobre o mercado de trabalho regional, **a indústria têxtil não sentia maiormente a necessidade de modernizar seu equipamento** [...] esta situação perdurou até a segunda guerra mundial, pois antes carecia de significado a penetração de produtos têxteis de outras regiões no mercado do Nordeste. (SUDENE, 1962, p. 11, grifo nosso).

“Desnecessários”, os investimentos modernizadores liberaram recursos para que os empresários realizassem outros tipos de inversões. Em Pernambuco, vale ressaltar que parte considerável dos industriais têxteis provinha ou tinha posse de outros negócios, o que também permitia a eles aplicar algum recurso como capital de giro das fábricas de tecido, no sentido de cobrir uma eventual elevação de custos. Quando se considera a ausência de mecanismos de financiamento para a realização de investimentos no

na qual o Nordeste produzia os tecidos grosseiros. Além disso, nunca é demais ressaltar que pesava, àquela época, a influência de um empresário sobre grande contingente de pessoas, mas essa temática escapa aos propósitos e limites analíticos deste trabalho.

30 Ver Sudene (1971).

31 O trabalho de Makler (1975) mostra com exatidão a percepção dos empresários pernambucanos acerca das práticas “socialmente responsáveis” que adotavam. Uma interpretação mais “fria” dessa percepção impõe que se considere a lógica racional do capital, cuja avidez pelo ganho nada tem de socialmente responsável.

país, especialmente no Nordeste, fica configurado o quadro de difícil modernização.

A situação da indústria têxtil pernambucana, em 1955, revelava que as alterações nas condições extrarregionais, refletidas no maior ou menor aproveitamento dos estímulos externos, impactaram as mesmas condições internas sobre as quais os grupos locais se ampararam durante o longo período compreendido desde a constituição, em 1890, até fim dos anos de 1940.³² A partir de então, os efeitos dos estímulos externos existiam, mas não seriam aproveitados como outrora em virtude do acirramento concorrencial entre as frações de capital nordestinas e do Sudeste pela colocação de produtos no mercado.

Tal situação também evidenciou o caráter das decisões empresariais até então tomadas pelos principais industriais pernambucanos e nordestinos, especialmente quando se considera a situação de retardamento em termos de reaparelhamento técnico das fábricas.

Nesse período [1920-1940], os recursos acumulados nas mãos da indústria têxtil desviaram-se para aplicações que poderiam apresentar então maior rentabilidade imediata. De tudo isso resultou o atual estado de obsolescência em que se encontra grande parte da maquinaria das fábricas têxteis brasileiras, em particular as do Nordeste. (CAPES, 1959, p. 122).

Frente à vantajosa condição em que se encontrava a indústria têxtil do Sudeste, era premente a necessidade de empreender o reequipamento do parque produtivo nordestino. Tal esforço foi, inicialmente, promovido com base nos recursos próprios dos principais grupos têxteis pernambucanos, entre os quais é possível destacar o Grupo Lundgren e o Grupo Othon Bezerra de Melo. Essa iniciativa, porém, foi bastante restrita, de modo que, já no âmbito da Sudene, foi criado um grupo setorial responsável pela realização de um diagnóstico sobre a alarmante situação da indústria regional, do qual resultou no Programa de Reequipamento da Indústria Têxtil do Nordeste (SUDENE, 1962), através do qual a iniciativa pública tomaria parte na tentativa de resgate da já combalida indústria têxtil pernambucana.

32 Destaque-se a Primeira Guerra Mundial, a Crise de 1929, e a Segunda Guerra Mundial. Para maior detalhamento, ver Sudene (1962, 1971) e Silva (1999), este especificamente para o caso pernambucano.

2.8 – Atividades Marginais e as Principais Frações de Capital daí Surgidas

A despeito do peso econômico da produção de açúcar e de tecidos, que, juntas, segundo Levine (1980), compunham mais de três quartas partes do valor da produção industrial pernambucana em 1909 e em 1934, é lícito analisar a constituição de outros estabelecimentos em segmentos distintos. A partir dos anos 1890, surgiram várias indústrias pequenas em Pernambuco, algumas das quais se mantiveram em virtude de políticas estaduais favoráveis, sintetizadas na isenção de impostos, e atuavam basicamente nos segmentos de conservas alimentícias, couros e peles, cigarros, fósforos, pólvora, óleos vegetais e resinas. Outras atividades eram aquelas relacionadas às fundições, cujos clientes eram os engenhos de açúcar, a indústria de óleos vegetais, que iniciou no Recife em 1825, o beneficiamento de sementes de algodão e mamona, com algumas fábricas também produzindo sabão e industrializando cera; à produção de doces no interior do estado, com caráter artesanal no princípio e industrial posteriormente, e que tinha como principal representante a família Brito, proprietária das Indústrias Peixe; à produção de refrigerantes pelo grupo Frateli Vita, em Recife e Salvador; e, finalmente, à indústria de cimento, com a instalação da Fábrica Poti em Paulista por parte do grupo de José Ermírio de Moraes. (LEVINE, 1980).

Apesar de marginais, essas atividades germinaram importantes frações de capital de caráter local, as quais consolidaram uma classe empresarial urbana em Recife, que resultou, no fim da década de 1930, na Federação das Indústrias do Estado de Pernambuco (Fiepe). O caráter marginal, em termos de relevância econômica, foi tal que, a despeito da congregação dos representantes numa instituição classista, o quadro econômico de Pernambuco se manteve, até a década de 1960, majoritariamente controlado pelos usineiros e industriais têxteis, que não raro se confundiam na figura de um só empreendedor.

Importante destacar, ainda, o impulso ao capital mercantil a partir dos anos 1890, o que ocorreu com um caráter espacialmente localizado na capital em virtude da zona portuária. Era através do porto

do Recife que os principais produtos primários do estado eram escoados para o exterior. Ao longo do século XIX, as atividades de exportação foram consideravelmente ampliadas, porque envolveram não apenas o açúcar, mas também o algodão, em virtude da demanda crescente das fábricas têxteis no exterior e da procura pelo mercado interno. A cidade do Recife, à época, fazia a intermediação comercial de vários produtos do Nordeste com a região de maior dinamismo do país: o Sudeste. Ainda que não tivesse uma expressão ampliada, o movimento industrializante contribuiu para que atividades comerciais e financeiras, majoritariamente urbanas, fossem desenvolvidas, o que certamente abriu um espaço de valorização capitalista outrora restrito, de modo que se verificou notável diversificação da atividade produtiva estadual em termos setoriais, abarcando, com isso, o comércio e os serviços. (SINGER, 1968).

Nesse sentido, convém acrescentar à centralidade comercial do Recife a condição de “centro financeiro” em virtude da instalação de bancos e da atuação de agentes financeiros na praça da capital de Pernambuco. Conforme destacado anteriormente, em um momento histórico em que as regiões brasileiras se encontravam em uma fase de isolamento relativo – mais articuladas com o exterior que entre si mesmas – o capital mercantil exerceu papel preponderante nos rumos do desenvolvimento estadual. Esse quadro persistiu sem grandes alterações até meados do século XX, quando a condição de isolamento regional começou a ser superada em virtude da maior articulação entre as regiões brasileiras e esse processo trouxe mudanças significativas sobre a organização mercantil estadual. (SANTOS, 2003).

Cabe, pois, destacar que a atuação funcional do capital mercantil no Recife teve um primeiro impulso com a excitação no mercado de créditos no fim do século XIX, expresso nas atividades financeiras que possibilitaram ao capital mercantil se afastar cada vez mais da função de agente industrial para atuar de maneira espoliativa – foi o caso da necessidade creditícia que acompanhava o intuito modernizador do setor açucareiro. Essa atuação ganhou respaldo, do ponto de vista financeiro, à medida que a ausência de crédito agrícola e a recusa dos bancos ingleses – que dominavam a Praça do Recife por volta de 1890 – em

financiar a agricultura pernambucana provisionavam aos chamados “correspondentes e comissários” um espaço de valorização usurária: “esses homens, que pagavam muito caro por seus empréstimos nos bancos do Recife, [...] não só cobravam mais caro dos seus clientes, mas exigiam, de quebra, grandes comissões como representantes deles”, afirma Levine (1980, p. 73). Ademais, a reforma financeira de Rui Barbosa foi essencial para que a vinculação entre o capital produtivo (usinas e fábricas têxteis) e o capital mercantil (comissários e bancos ingleses) fosse viabilizada em Pernambuco. (ANDRADE, 1981; ANDRADE, 1989).

Outra importante forma de atuação do capital mercantil foi através do controle do comércio e distribuição dos produtos pernambucanos. Como é sabido, a partir das análises de Andrade (1981); Levine (1980) e Perruci (1978b), o capital mercantil foi comandado por estrangeiros, mas também por alguns comissários e pelos próprios usineiros (no que parece ter constituído uma resposta às oportunidades de diversificação dos negócios, no sentido do capital comercial) e por grupos econômicos extrarregionais, interessados na tendência à reversão do comércio de exportação nordestino para o mercado interno. No caso dos capitais estrangeiros, boa parte deles egressos da experiência pouco rentável e, no limite, mal-sucedida dos engenhos centrais, o perfil do investimento esteve atrelado à provisão de serviços de transportes, comunicações, revitalizações urbanas e de infraestrutura de comércio. Cabe ressaltar que as importações e exportações de Pernambuco – couros e peles, algodão, maquinaria, bacalhau seco, carne seca e de sol, cimento, remédios, açúcar, álcool, farinha e cera – eram substancialmente controladas por comerciantes estrangeiros que se congregavam sob a Associação Comercial, representação institucional dos interesses de comerciantes portugueses e ingleses no estado. (PINTO, 1940).

Pela forma de atuação que lhe era peculiar, é que o capital mercantil também pôde adentrar na esfera das frações de capital produtivo de Pernambuco. Vale salientar que a experiência dos engenhos centrais já havia representado tal penetração, fracassada, à medida que os capitais estrangeiros ainda não se encontravam capacitados a subordinar

as frações de capital local na esfera da produção. Os instantes adequados a essa atuação das frações comerciais e financeiras de capital na produção açucareira e também na fabricação de tecidos eram os momentos de crise desses segmentos. A reversão das vendas de açúcar para o mercado interno, na fase que precedeu a consolidação da articulação mercantil inter-regional no país, suscita o destaque para a participação de casas comerciais da região de São Paulo na intermediação desse produto. É o caso, por exemplo, da S/A Indústrias Matarazzo. Segundo Gnaccarini (1975), a atuação da Matarazzo, intensificada na década de 1920, promoveu uma acelerada centralização de capitais comerciais e reforçou o deslocamento dos problemas produtivos do açúcar para o âmbito da circulação das mercadorias. Era forte, segundo esse autor, a especulação da Matarazzo com a formação de estoques de açúcar, com o que eram significativamente impactados os preços.³³

3 – NOTAS CONCLUSIVAS

Na fase do isolamento relativo, as estruturas de capital iam sendo formadas conforme as especificidades de cada região do país. Foi nessa fase que as frações de capital de Pernambuco experimentaram algum dinamismo, especialmente aquelas relacionadas ao açúcar e à indústria têxtil. Isso não significou, contudo, a possibilidade de se desencadear no estado um processo de industrialização, à medida que a dinâmica do comércio internacional e os fatores endógenos à economia pernambucana revelaram a fragilidade referente à geração de excedentes nas principais atividades produtivas do estado e consequente incapacidade de realizar investimentos de porte em outros segmentos produtivos.

A conformação da estrutura de capital pernambucana esteve fortemente amparada na evolução dos segmentos do açúcar e do algodão. Os

desdobramentos industriais dessas atividades – as usinas de açúcar e as fábricas de tecido, além de outras atividades industriais de menor relevância – configuraram uma resposta das frações locais de capital ao contexto econômico internacional e, à medida que se gestava uma economia capitalista nacional, à concorrência inter-regional.

A análise procurou demonstrar que, no período que vai do último quartel do século XIX até o fim da década de 1950, as frações de capital pernambucanas foram perdendo crescentemente autonomia, à medida que a transição de um quadro de isolamento relativo para um quadro de articulação mercantil deslocou o centro de poder político para a região Centro-Sul, onde as forças produtivas haviam-se desenvolvido de maneira mais avançada, de forma a habilitar a indústria nascida em São Paulo a comandar o processo de industrialização em escala nacional.

No caso de Pernambuco, as duas principais atividades econômicas – açúcar e algodão/tecidos – lograram desenvolver-se a partir da reiteração de um modo de produção amparado no isolamento relativo da região Nordeste em relação ao resto do país. Nesse quadro, o capital mercantil contribuiu significativamente para o estágio de desenvolvimento econômico verificado no estado no fim da década de 1950. Por isso, procurou-se compreender a trajetória desses segmentos em paralelo às brechas de valorização do capital mercantil, cuja atuação afetou de maneira considerável as respectivas frações de capital.

Do estudo acerca do movimento das frações de capital, à luz da inserção da economia no contexto nacional, resulta um quadro que conduz à conclusão de que as principais atividades econômicas e respectivas forças empresariais de Pernambuco se encontravam esgotadas, no sentido de viabilizar o crescimento econômico. A análise mostrou que, mesmo em períodos de pujança, os agentes estaduais não conseguiam reverter o êxito do efêmero crescimento das atividades em desenvolvimento econômico, pelas próprias limitações, mas também pelos condicionamentos supraestaduais, de modo que não é possível omitir os desdobramentos da articulação mercantil inter-regional no Brasil sobre as atividades produtivas em Pernambuco.

³³ Uma boa referência sobre a atuação da S/A Matarazzo em Pernambuco é o trabalho de Martins (1976). Esse autor destaca que as mudanças ocorridas na organização das empresas do Grupo Matarazzo a partir da crise de 1929 não atingiram o fundamento do lucro desse grupo, fortemente enraizado no caráter comercial.

Embora o quadro de prostração econômica dos anos de 1950 se deva aos fatores endógenos e específicos da estrutura de capital pernambucanas, devem-se ter em conta os constrangimentos representados na forma dos efeitos de inibição advindos com o comércio internacional e inter-regional: no período 1929-30/1956, o comércio inter-regional debilitou aquela estrutura em função da concorrência entre a produção das distintas regiões. Assim, ao longo de todo o período, foi restrita a capacidade de geração do excedente econômico por parte das principais frações de capital, o que favoreceu a atuação de capitais de traço mercantil, nacionais e internacionais e o reforço ainda maior das restrições ao desenvolvimento capitalista em Pernambuco.

A partir de meados dos anos 1950, a mudança no padrão de acumulação capitalista no país fez com que as inter-relações regionais fossem qualitativamente alteradas, de modo que, ao lado da articulação mercantil, fosse verificada uma maior integração produtiva entre as regiões brasileiras, acelerada com a instituição da Sudene em 1959. Nessa época, as frações de capital de Pernambuco se encontravam fortemente condicionadas pela adversidade da inserção internacional dos principais produtos de exportação (açúcar e algodão) e também pelos condicionamentos da concorrência inter-regional pelo mercado interno, especialmente em virtude de ter sido desenvolvida em São Paulo uma estrutura de capital superior.

Esse era o quadro que se inseria em um contexto mais amplo, contido na problemática da emergência da Questão Regional no país. Instituída a Sudene e, principalmente, as políticas de industrialização do órgão, as frações de capital do Nordeste seriam consideravelmente impactadas. Por isso, é preciso verificar como, no âmbito de um processo de integração produtiva, a condição/posição na economia nacional e setorial dos aplicadores do mecanismo de incentivo fiscal da Sudene, em Pernambuco, influenciou as transformações na estrutura de capital existente, bem como os mecanismos dos quais fizeram uso as frações locais de capital para se manterem enquanto agentes produtivos relevantes no estado.

ABSTRACT

The proposal of this paper is to reconstruct, in general, the movement of the main fractions of capital of Pernambuco in the period from the last quarter of the nineteenth century until the late 1950s. For this, the analysis is framed in the transition from relative isolation from the Northeast to the threshold of productive integration of this region with the rest of the country. It has as its main focus the changes occurred in sugar production, as well as the appearance and consolidation of the first textile factories in the state. In addition, special attention is given to the role of mercantile capital in the local economy, without omitting the existence of other productive activities that appeared less important in the period, driven especially by the main activities and by the process of urbanization in Recife.

KEYWORDS

Fractions of Capital. Economy of Pernambuco. Articulation Mercantile. Production Integration. Economic Development.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. de. **Estado, capital e industrialização do Nordeste**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **História das usinas de açúcar de Pernambuco**. Recife: Fundaj, 1989.

_____. **A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste**. São Paulo: Atlas, 1986.

BRANDÃO, C. A. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o global e o local**. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 2002.

_____. **Desequilíbrios regionais e**

concentração industrial no Brasil, 1930-1970.

3. ed. São Paulo: Editora Unesp, 2007a.

_____. **Raízes da concentração industrial em São Paulo.** 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2007b.

_____. **Reflexões sobre o papel do capital mercantil na questão regional e urbana do Brasil.** Cidade de Publicação: Editora, 2010. (Texto para Discussão IE/Unicamp, n. 177).

CAPEs. **Estudos de desenvolvimento regional:** Pernambuco. Rio de Janeiro: Campanha Nacional de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, 1959. (Série Levantamentos e Análises, n. 22).

CARVALHO, O. de. **A economia política do Nordeste: seca, irrigação e desenvolvimento.** Rio de Janeiro: Campus, 1988.

CAVALCANTI, C. A. M.; CUNHA, F. C. da. **Pernambuco afortunado: da nova Lusitânia à nova economia.** Recife: Editora INTG, 2006.

DÉ CARLI, G. **O processo histórico da usina em Pernambuco.** Rio de Janeiro: Pongetti, 1942.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil.** 13. ed. São Paulo: Nacional, 1987.

GNACCARINI, J. C. A economia do açúcar: processo de trabalho e processo de acumulação. In: HOLLANDA, S. B.; CAMPOS, P. M. (Org.). **História geral da civilização brasileira.** São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1975. Tomo III. V. 1.

GRAHAM, R. **Grã-Bretanha e o início da modernização do Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1973.

GUIMARÃES NETO, L. **Introdução à formação econômica do Nordeste.** Recife: FUNDAJ, 1989.

_____. Trajetória econômica de uma região periférica. **Estudos Avançados**, v. 11, n. 29, p. 37-54, 1997.

LEVINE, R. **A velha usina: Pernambuco na**

federação brasileira, 1889-1937. Tradução de Raul José de Sá Barbosa. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1980. Título do original em inglês: Pernambuco in the Brazilian federation, 1889-1937.

MAKLER, H. M. Labor problems of native, migrant and foreign-born members of the Recife industrial elite. **Journal of Developing Areas**, v. 9, n. 1, p. 27-51, Oct. 1974.

MARANHÃO, S. M. Q. A. **Tecnologia e trabalho: um estudo de caso na indústria têxtil de Pernambuco (1950-1980).** 1983. 293 f. Dissertação (Mestrado em Economia) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1983.

MARTINS, J. S. **Conde Matarazzo: o empresário e a empresa, estudo de sociologia do desenvolvimento.** São Paulo: Hucitec, 1976.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política.** São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Série Os Economistas).

MENDONÇA, L. C. de (Coord.). **Fiepe 65 anos: preservando valores e ampliando conquistas.** Recife: Persona, 2005.

OLIVEIRA, F. de. **Noiva da revolução: elegia para uma re(li)gião: Sudene, Nordeste: planejamento e conflito de classes.** São Paulo: Boitempo, 2008.

PERRUCI, G. O canto do cisne dos barões do açúcar: um congresso de classe. In: CONGRESSO AGRÍCOLA DO RECIFE, 1978, Recife. **Anais...** Recife: CEPA, 1978a.

_____. **A república das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste, 1889-1930.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978b.

PINTO, E. **A Associação Comercial de Pernambuco: livro comemorativo do seu primeiro centenário (1839-1939).** Recife: Oficinas Graphics do Jornal do Commercio, 1940.

_____. **História de uma estrada de ferro no**

Nordeste: contribuição para o estudo da formação e desenvolvimento da empresa “The Great Western of Brazil Railway Company Limited” e das suas relações com a economia do Nordeste brasileiro. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1949.

SÁ JR., F. **O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência.** São Paulo: Editora Brasileira de Ciências, 1973. (Estudos Cebrap, n. 3).

SANTOS, V. M. dos. O varejo moderno no Brasil: a experiência do estado de Pernambuco. In: ANGELO, C. F.; SILVEIRA, J. A. G. da. **Varejo competitivo.** São Paulo: Atlas, 2003. V. 7.

SILVA, E. R. P. da. **Industrialização no Nordeste do Brasil:** a indústria têxtil em Pernambuco, 1940-1990. 1999. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1999.

SINGER, P. **Desenvolvimento econômico e evolução urbana.** São Paulo: Editora Nacional, 1968.

STEIN, S. J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950.** Rio de Janeiro: Campus, 1979.

SUDENE. **Pesquisa sobre a indústria têxtil do Nordeste - 1969.** Recife, 1971.

_____. **Sumário do programa de reequipamento da indústria têxtil regional.** Recife, 1962.

SZMRECSÁNYI, T. **O planejamento da agroindústria canavieira do Brasil: 1930-1975.** São Paulo: Hucitec, 1979.

SUZIGAN, W. **Indústria brasileira:** origem e desenvolvimento. São Paulo: Hucitec, 2000.

TAVARES, M. C. **Ciclo e crise:** o movimento recente da economia brasileira. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

_____. Império, território e dinheiro. In: FIORI, J. L. **Estados e moedas no desenvolvimento das nações.** Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

VANDERLEI, M. N. B. **Capital e propriedade fundiária:** suas articulações na economia de Pernambuco. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

Recebido para publicação em 20.07.2011